

**PROJETO DE LEI Nº 002/16**

**Autoriza o Poder Executivo a Subvencionar Entidade que especifica e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar subvenção com a entidade abaixo relacionada, conforme o valor descrito:

**I. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBITINGA - APAE:**  
R\$ 670.791,00 (seiscentos e setenta mil, setecentos e noventa e um reais)

**Art. 2º.** A Subvenção a ser firmada será coberta com recursos destinados na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício.

**Art. 3º.** O Objeto de cada subvenção consta do Plano de Trabalho a ser aprovado pelo Poder Executivo, o qual será inserido no texto final do ajuste.

**Art. 4º.** A duração da subvenção será de 12 (doze) parcelas, podendo ser suspenso o pagamento na ocorrência de descumprimento do objeto, e até denunciado, se ocorrer desvio das finalidades da entidade.

**§ 1º.** A fiscalização da efetiva execução do objeto proposto no Plano de Trabalho apresentado será efetuada pelos Conselhos Municipais.

**§ 2º.** Em caso de descumprimento do avençado, a entidade será notificada pelo Conselho Municipal para regularização das pendências.

**§ 3º.** Será dada ciência ao Prefeito Municipal e ao responsável pelo Controle Interno de qualquer ocorrência relativa à subvenção.

**Art. 5º.** O valor final e total de cada entidade é o constante do Orçamento Fiscal do corrente exercício, podendo ser ajustado na forma da Lei Complementar nº 101/00.

**Art. 6º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibitinga, 19 de Janeiro de 2016.

  
**FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO**  
Prefeito Municipal





TRABALHO • RESPONSABILIDADE • PAZ SOCIAL

Ofício nº 030/2016

Ibitinga, 19 de janeiro de 2016.

Senhor Presidente:

Segue com o presente, para apreciação dos senhores vereadores, o Projeto de Lei nº 002/16 que autoriza o Poder Executivo a subvencionar a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga – APAE.

Ressalta-se que a subvenção é essencial para essa entidade tendo em vista o trabalho social e educacional que realiza com as crianças e os jovens excepcionais do Município.

Solicita-se que o referido Projeto de Lei seja apreciado em regime de Urgência Especial, tendo em vista a grande necessidade de recursos da qual depende a Entidade, para poder dar continuidade aos seus trabalhos extremamente importantes à comunidade ibitinguense.

Sendo o que nos apresenta, desde já renovamos os testemunhos de estima e apreço.

Atenciosamente,

FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
WINDSON PINHEIRO  
Presidente da Câmara Municipal de Ibitinga  
Ibitinga/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

Rua Miguel Landim, 333 - Centro - Ibitinga / SP - CEP 14.940-000 - CP 51  
Telefone (16) 3352-7000 / Fax (16) 3352-7001 - www.ibitinga.sp.gov.br  
CNPJ 45.321.460/0001-50

Ibitinga, 18 de janeiro de 2016

Ofício SDS: 029 / 2016

**Ref: Subvenção Social à Associação de Pais e Amigos dos  
Excepcionais de Ibitinga - Recurso Municipal**

Vimos, através do presente, solicitar o encaminhamento das providências legais para liberação de Subvenção social com recurso municipal para a entidade social abaixo relacionada.

Esclarecemos que o Plano de Trabalho / valor já foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social em reunião Extraordinária nº 081 de 18.01.2016, e a documentação analisada pela secretaria.

Entidade Social	Valor
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga.	R\$ 670.791,00

Atenciosamente,

**Maria Lúiza da Silva Rodrigues**  
Secretária de Planejamento e Coordenação

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino  
D.D. Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibitinga/SP





# **APAE - Associação de Pais e**

## **Amigos dos Excepcionais**

Tel/Fax (18) 3352-7518  
e 3342-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Ofício nº. 001/2.016

Ibitinga – SP, 04 de Janeiro de 2.016

Exmo Senhor  
**Florisvaldo Antonio Fiorentino**  
DD. Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibitinga  
Ibitinga – SP

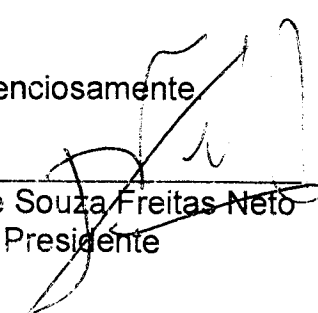
Prezado Senhor,

**A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, A.P.A.E. de Ibitinga**, sita a Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515, Jd. Pacola, Ibitinga, Estado de São Paulo, vem por intermédio deste, requerer a V. S<sup>a</sup>. a Celebração da Subvenção Social para o exercício de 2016 no valor de R\$ 670.791,00 (Seiscentos e Setenta Mil e Setecentos e Noventa e Um Reais), mais os documentos necessários abaixo:

- Plano de Trabalho;
- Xerox do Estatuto da Entidade;
- Xerox da Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria;
- CNPJ
- Xerox do CPF e RG do Representante Legal;
- Xerox do Certificado do CNAS;
- Xerox do Certificado no Conselho Estadual e Municipal de Assistência Social;
- Certidão de Regularidade junto à Receita Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS;
- Comprovante de conta bancária específica para o convênio;
- Declaração de que os eventuais contratados com recursos governamentais não são Servidores Públicos, nem membros da Diretoria da Instituição;
- Declaração de que dispõe de capacidade técnica necessária para implantação e desenvolvimento do convênio.

Sendo só para o momento, reiteramos votos de elevada e estima e consideração.

Atenciosamente

  
\_\_\_\_\_  
Albino de Souza Freitas Neto  
Presidente



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3352-7510  
3342-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## PLANO DE TRABALHO

**I - PERÍODO PREVISTO PARA O PLANO DE TRABALHO:** 01/01/2016 à 31/12/2016

### **II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

1 - **Nome:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

2 - **Endereço:** Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515

Bairro: Jd. Pacola

CEP: 14940-000

Cidade: Ibitinga - SP

Telefone: 16 - 3352-7510

Fax: 16 - 3352-7510

E-mail: apae.ibitinga@uol.com.br

### **3 - Inscrições/ Registros/ Títulos**

Órgão	Número	Validade	Observações
Registro de Estatuto - Cartório	1.278	-	Estatuto
C.N.P.J./Ministério da Fazenda	47.048.897/0001-97	-	-
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	002/98	Indeterminado	De acordo com a Lei Municipal nº 2032
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	003/96	Indeterminado	De acordo com a Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS	3200/1976	-	Cadastro Pró Social
Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS / SP	-	-	-
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS	204.608/77	-	Deferido em sessão realizada no dia 09/03/77
CNAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)	Portaria nº 43 de 31/03/2015	01/04/2015 à 31/03/2018	Processo nº 23000.012504/2012-10
Utilidade Pública Municipal	1.109	-	Declarada em 23/08/1976
Utilidade Pública Estadual	2.748	04/2016	Declarada em 10/04/1981
Utilidade Pública Federal	91.108	30/04/2016	Declarada em 13/03/1985.

### **4 - Representação Legal ( diretoria)**

4.1 - **Período de Mandato:** 01/01/2014 à 31/12/2016

### **4.2 - Composição**

Nome completo	Cargo	Endereço completo	Telefone E-mail	R.G.	C.P.F.
Albino de Souza Freitas Neto	Presidente	Rua Dr. Adail de Oliveira, 864 - Centro	16-3342-4742	9.604.968-6	979.423.408-72
Elias Ferreira	Vice-Presidente	Av. D. Pedro II, 819 - Centro	16-3342-2145	2.702.445-3	043.520.928-00
Valéria Miztara Pagni	1º Secretário	Rua Domingos Robert, 636 - Centro	16-3342-5025	5.592.772	746.464.358-53
Paulo César Zapata	2º Secretário	Rua Emilio Carlos, 295 - Jd Santa Tereza	16-3342-5931	18.819.139-2	173.627.728-66
Ariovaldo de Arruda Cano	1º Tesoureiro	Rua Ananias Rosa, 375 - Jd. Centenário	16-3342-5918	4.305.343	163.929.818-53

*Al*



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (19) 3352-7510  
3347-2558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacoia  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Francisco Carlos Raineri de Camargo	2º Tesoureiro	Rua Rosalbino Tucci, 623 – Centro	16-3342-4282	7.918.984	088.111.398-05
Christian Richard Margadona	Diretor Patrimônio	Rua Capitão Felício Racy, 277 – Centro	16-3342-3515	26.568.790-1	254.538.488-71
Carlos Alberto Bezerra	Diretor Social	Rua Sebastião Sahão, 27 – Jd Eldorado	16-3342-5800	11.208.424	026.369.368-66

## 5 – Conselho Fiscal

5.1 - Período de mandato: 01/01/2014 à 31/12/2016

### 5.2 - Composição

Nome	Endereço completo	Telefone E-mail	R.G.	C.P.F.
João Anselmo Montanari da Cunha	Rua Avenal Marques, 34 – Jd. Morumbi	16-3341-2271	32.926.375-4	219.170.728-99
Antonio Angeluci	Rua Treze de Maio, 1691 – Jd. Paulista	16-3342-5047	4.438.923-1	298.565.238-34
Marcelo Luiz Bonfim Pereira	Rua Carlos Camargo Abib, 96 – Jd. Petrópolis	3342-5009	26.568.707-X	183.215.948-59

## 6 – Coordenação Técnica

6.1 – Nome do coordenador: Carmem Lúcia Sanches Ortelan Salva

6.2 – Formação Profissional: Assistente Social

## III – DETALHAMENTO DO PLANO

### 1 – JUSTIFICATIVA

Diante das dificuldades encontradas para o tratamento adequado ao seu filho com deficiência mental e auditiva em cidades vizinhas a Profª. Odila F. dos Santos (hoje patrona da Escola) reuniu-se com um grupo de pessoas de boa vontade da comunidade local no ano de 1975 com o objetivo de fundar a APAE de Ibitinga que iria beneficiar outras pessoas com deficiências também. A APAE de Ibitinga é uma associação civil, filantrópica de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros sem fins lucrativos.

Este Plano de Trabalho se propõe ao pagamento de recursos humanos e encargos, materiais de consumo e serviços de terceiros, despesas operacionais (custeio) – energia elétrica, telefone e combustível, conservação e manutenção das instalações (reparos). Tem como proposta para o ano de 2016 o atendimento integral as pessoas com deficiências. Através dos atendimentos e serviços especializados como: Psicologia, Fonoaudiologia, Médico (Otorrinolaringologista, Homeopata, Psiquiatra e Pediatra), Odontologia (Especial) Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Educação Física e Arte que são oferecidos as pessoas com deficiências enfocando a problemática de cada usuário os objetivos vão sendo alcançados com resultados satisfatórios de saúde, reabilitação, integração social, etc...

A Entidade atende 222 pessoas com deficiência intelectual, transtornos do espectro autista, deficientes múltiplos na faixa etária de 0 anos à indeterminada, na sua maioria, provenientes de famílias de baixa renda, muitos em situações de



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax: (18) 3352-7518  
0 3342-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

vulnerabilidade social. A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga também está colaborando com a Entidade, cedendo um micro ônibus e um ônibus adaptado para o transporte dos alunos e cadeirantes.

As ações previstas e realizadas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiências causaram um impacto significativo em suas vidas gerando mudanças e transformações em vários segmentos. Observamos melhoria na qualidade de vida, saúde, habitação, alimentação, vestuário, cuidados pessoais, etc. dos beneficiários e de suas famílias.

Esta parceria com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga é muito importante para a Entidade, para as pessoas com deficiência e suas famílias.

## 2 - OBJETIVO GERAL

Atendimento integral as pessoas com deficiências em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

Alcançar resultados satisfatórios de reabilitação e outros visando a mudança da problemática apresentada.

Oferecer oportunidade para o fortalecimento familiar, pessoal e social visando a inclusão, autonomia e independência.

## 3 - METAS

Propiciar atendimento de qualidade às 222 (duzentas e vinte e duas) pessoas com deficiências no período de 12 (doze) meses com o objetivo de atingir resultados quantitativos e qualitativos nos atendimentos oferecidos.

Pagamento de recursos humanos e encargos, materiais de consumo e serviços de terceiros, despesas operacionais (custeio) - energia elétrica, telefone e combustível, conservação e manutenção das instalações (reparos).

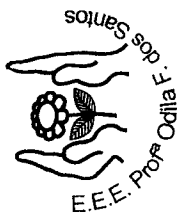
### 3.1 - Área de abrangência / Região a ser atendida

A área de abrangência atendida será a zona urbana e rural do município de Ibitinga, Estado de São Paulo.

### 3.2 - Público-alvo / População a ser atendida

Segmento	Faixa etária	Atendidos diretamente (por sexo)			Carga horária diária/semanal/mensal	Total de beneficiados indiretamente	
		masculino	Feminino	Total		Pessoas	Famílias
Pessoas com deficiências	0 anos à indeterminado	118	104	222	Diária: 08hs Semanal: 40hs Mensal: 160hs	222	222
<b>Total</b>							

# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais



16/740.001/852-7510  
3.342-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 3.3 - Situações ou problemas a serem focados / Ações a serem desenvolvidas / Objetivos específicos / Resultados esperados/ Indicadores de resultados

Situações/problemas	Objetivos específicos	Ações/atividades propostas	Prazo de realização	Resultados esperados		Indicador de resultados
				Qualitativos	Quantitativos	
1) Saúde: 1.1) Distúrbios de aprendizagem e patologias associadas (comportamentais) e outros.	Melhoria do indivíduo como um todo e focando nos distúrbios de aprendizagem.	Consultas médicas semanais (homeopatia). Orientações à família. Realização de exames laboratoriais e de imagem.	12 meses	Melhoria na qualidade de vida e nos distúrbios de aprendizagem	60	
1.2) Distúrbios Psiquiátricos	Diagnóstico e controle dos distúrbios psiquiátricos	Consultas médicas psiquiátricas mensais. Orientações à família. Fornecimento de Medicamentos.	12 meses	Melhoria e controle dos quadros psiquiátricos.	60	
1.3) Nutrição: Obesidade Alimentação	Melhorar a qualidade de vida visando a prevenção e o tratamento da obesidade Através de uma alimentação adequada obter qualidade de vida e saúde.	Grupo de Prevenção da Obesidade  Grupo de Orientação Nutricional	12 meses  12 meses	Saúde e qualidade de vida  Saúde e qualidade de vida	45  50	
1.4) Saúde Bucal	Melhorar a saúde bucal dos alunos visando a prevenção de doenças.	Tratamento odontológico oferecido na Escola (semanal). Tratamento odontológico especializado oferecido pelo CAO.E.	12 meses  12 meses	Obter saúde e qualidade de vida com os cuidados da saúde bucal	200  200	
Distúrbios da fala e linguagem	Através do atendimento fonoaudiológico direcionado ao aluno promove resultados satisfatórios de reabilitação oral e escrita.	Terapias fonoaudiológicas diárias. Orientações para o professor em sala de aula. Observações dos alunos em sala de aulas. Exercícios em salas de aulas e orientações à família.	12 meses	Obter resultados satisfatórios de aprendizado e nos distúrbios da fala e linguagem	40	
Reabilitação (Fisioterapia)	Através da fisioterapia oferecer as pessoas com deficiências resultados satisfatórios de reabilitação física.	Orientação a postura dos alunos. Sessões Fisioterápicas diárias. Orientações para com o professor em sala de aula. Orientações à família.	12 meses	Por intermédio da fisioterapia alcançar resultados positivos nos casos atendidos.	40	
Distúrbios de conduta e aprendizagem (Psicologia)	Proporcionar ao aluno comportamento adequados p/um melhor convívio social familiar e escolar.	Terapias psicológicas individuais. Orientações para o professor em sala de aula. Orientações à família.	12 meses	Desenvolvimento de comportamento adequados e alcance de resultados positivos na área da aprendizagem escolar.	30	

af





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

TELEFONE (011) 5052-7510  
5047-7533

Rua Idália da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Distúrbios de aprendizagem (Pedagogia)	Oferecer condições para um bom desempenho da escolaridade. Integração da pessoa com deficiência na escola e sociedade. Proporcionar oportunidades de vivência na sala de aula, Escola e sociedade.	Atendimento individualizado ao aluno nas suas dificuldades pedagógicas. Orientações ao professor. Acompanhamento do aluno em sala de aula. Orientações e atendimentos à família.	12 meses	Obter resultados satisfatórios no aprendizado escolar.	30	
S.S. Grupo Família Expressões da questão social e suas influências no contexto familiar	Favorecer a integração entre Escola - Família - Comunidade. Contribuir com as famílias dos usuários nas mais diversas formas de necessidade. Preservar, garantir efetivar direitos que são pertinentes as pessoas com deficiência.	Atendimento individualizado às famílias Reuniões Visitas Domiciliares	12 meses	Através do apoio e trabalho desenvolvido junto as famílias que as mesmas consigam obter melhores condições de vida, trabalho, saúde, etc., junto aos seus membros.	180	



# A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3352-7518  
e 3342-2558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 4 - RECURSOS NECESSÁRIOS

### 4.1 - Humanos existentes - vínculo com a entidade

Categoria profissional / função	Quantidade	Carga horária semanal	Tipo de vínculo	Custo mensal (R\$) Estimado		Custo anual (R\$) Estimado	
				Salários	Encargos	Salários	Encargos
Auxiliar de Escritório	01	44	CLT	1.270,00	114,30	16.510,00	1.485,90
Secretário	01	44	CLT	3.531,00	317,79	45.903,00	4.131,27
Mensageiro Telemark.	02	44	CLT	2.152,00	193,68	27.976,00	2.517,84
Monitora	02	40	CLT	2.869,20	258,23	37.299,60	3.356,96
Fonoaudióloga	01	40	CLT	3.619,90	325,79	47.058,70	4.235,28
Assistente Social	01	40	CLT	3.619,90	325,79	47.058,70	4.235,28
Motorista	01	44	CLT	1.402,00	126,18	18.226,00	1.640,34
Operadora Telemark.	02	30	CLT	2.152,00	193,68	27.976,00	2.517,84
Servente	02	44	CLT	2.152,00	193,68	27.976,00	2.517,84
Psicóloga	01	40	CLT	3.586,60	322,79	46.625,80	4.196,32
Cozinheira	02	44	CLT	2.152,00	193,68	27.976,00	2.517,84
Professora	01	40	CLT	3.389,90	305,09	44.068,70	3.966,18
Professora	01	20	CLT	1.694,90	152,54	22.033,70	1.983,03
Fisioterapeuta	01	40	CLT	3.420,60	307,85	44.467,80	4.002,10
Monitor Ônibus Escolar	01	40	CLT	1.928,20	173,54	25.066,60	2.255,99
Técnico de Enfermagem	01	40	CLT	1.650,00	148,50	21.450,00	1.930,50
Serviços Gerais (manutenção)	01	44	CLT	1.076,00	96,84	13.988,00	1.258,92
Diretor de Escola	01	40	CLT	5.021,00	451,89	65.273,00	5.874,57
<b>Total</b>	<b>23</b>			<b>46.687,20</b>	<b>4.201,84</b>	<b>606.933,60</b>	<b>54.624,00</b>

### 4.2 - Humanos existentes - vínculo com o outros serviços e por eles pagos

Categoria profissional / função	Quantidade	Carga horária semanal	Tipo de vínculo	Custo mensal (R\$) Estimado		Custo anual (R\$) Estimado	
				Salários	Encargos	Salários	Encargos
Professores	10	40	CLT	35.681,78	3.211,36	463.863,14	41.747,68
Professor	01	20	CLT	1.827,21	164,45	23.753,73	2.137,85
Monitora	01	40	CLT	1.434,60	129,12	18.649,80	1.678,56
Monitora	01	20	CLT	990,00	89,10	12.870,00	1.158,30
<b>Total</b>	<b>14</b>			<b>39.933,59</b>	<b>3.594,03</b>	<b>519.136,67</b>	<b>46.722,39</b>

### 4.3 - Humanos existentes - Voluntários / Estagiários

Categoria profissional / função	Quantidade	Carga horária semanal	Custo mensal (R\$) Estimado	Custo anual (R\$) Estimado
Médico Voluntário	01	20	920,00	11.960,00
Dentista Voluntária	01	20	920,00	11.960,00
<b>Total</b>	<b>02</b>		<b>1.840,00</b>	<b>23.920,00</b>





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3352-7518

# 3342-7559

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515

Jd. Pacola

CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 4.5 - Materiais (Consumo)

Tipo	Previsão de Custo mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Alimentação		
Material para atividades com os usuários (didático, recreativo, capacitação)		
Transporte dos usuários		
Higiene / limpeza		
Material de escritório		
Alimentação		
Outros		
<b>Total (R\$)</b>		

## 4.6 - Operacionais

Tipo	Previsão de Custo mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Despesas administrativas (Impostos, taxas, seguros, outras) - CUSTEIO		
Água, energia elétrica, telefone, combustível - CUSTEIO	769,45	9.233,40
Aluguel das instalações- CUSTEIO		
Conservação / Manutenção das instalações (reparos) - CUSTEIO		
Outros		
<b>Total (R\$)</b>	<b>769,45</b>	<b>9.233,40</b>

## 5 - CUSTO TOTAL DO PLANO DE TRABALHO (soma dos itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6)

Natureza da despesa	Previsão de custo mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Salários do pessoal - (Recursos Humanos)	50.577,80	606.933,60
Encargos sociais	4.552,00	54.624,00
Capacitação da equipe/consultorias/assessorias		
Material de consumo		
Despesas operacionais - Custeio	769,45	9.233,40
<b>Total (R\$)</b>	<b>55.899,25</b>	<b>670.791,00</b>



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (011) 3352-7510  
0 3042-7559

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 6 - APOIO E PARCERIAS

Nome da fonte de apoio	Tipo do apoio / Finalidade	Periodicidade	Valor anual (R\$)	
			Em espécie	Economicamente mensurável
Pessoas Jurídicas/Empresas	Parceria - Projeto Empresa Parceira	Mensal	4.800,00	
Eventos	Ação Entre Amigos	Trimestral	90.000,00	
Pessoas Físicas/Telemarketing	Comunidade em Geral	Mensal	297.271,00	
Governo Estado de São Paulo	Nota Fiscal Paulista	Semestral	86.907,00	
Elma Materiais de Construção	Aluguel do Terreno	Mensal	26.400,00	
Sociedade Hípica de Ibitinga	Concessão das dependências da Hípica para a realização das sessões de Equoterapia	Semanal		500,00
<b>Total</b>			<b>505.378,00</b>	<b>500,00</b>



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax: (11) 3352-7510  
e 3042-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 7 - RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS -

Natureza do recurso	Valor (R\$)	
	Mensal	Total Anual
Telemarketing	24.772,58	297.271,00
Projeto Empresa Parceira	400,00	4.800,00
Eventos	7.500,00	90.000,00
Nota Fiscal Paulista	7.242,25	86.907,00
Aluguel de Imóvel	2.200,00	26.400,00
<b>Total</b>	<b>42.114,83</b>	<b>505.378,00</b>

## 8 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO

Fonte do recurso	Finalidade/Programa/Projeto	Valor R\$	
		Mensal	Semestral
MEC/ FNDE	Programa Dinheiro Direto na Escola	1.043,33	12.520,00
FMAS- repasse do Governo Federal	Custeio de Materiais de Consumo	2.250,00	27.000,00
SEDS / FMAS - municipal	Pagamento de funcionários e encargos	2.743,40	32.920,80
FME- Repasse do Governo Estadual / Sec. Educação	Atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais.	43.750,00	525.000,00
FME - Subvenção Municipal	Pagamentos de funcionários, encargos, consumo e operacional	55.899,25	670.791,00
FME - Subvenção Municipal/Aditamento			
Convênio com outras Secretarias Municipais			
Parcerias com empresas /outros	Projeto Empresa Parceira	400,00	4.800,00
Doações diversas	Telemarketing/NF Paulista	32.014,83	384.178,00
Próprios da entidade	Eventos	7.500,00	90.000,00
A captar	Aluguel	2.200,00	26.400,00
<b>Total</b>		<b>147.800,81</b>	<b>1.773.609,80</b>

*AD*



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (08) 3352-7510  
e 3342-2559

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (RS 1,00)

### CONCEDENTE

Meta	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
I	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25
Meta	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
I	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25	55.899,25

## 10 - MONITORAMENTO / AVALIAÇÃO

O monitoramento do Plano de Trabalho será realizado através de observações sistemáticas, reuniões periódicas com a Equipe Técnica e familiares e elaboração de relatórios.

A avaliação do Plano de Trabalho será realizada mediante a elaboração de documentações, relatórios, reuniões e etc.

# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais



Tel/Fax (49) 3357-7510  
3347-7551

Rua Idúlia da Costa Vieira, nº 515  
Jd. Pacola

CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## APLICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PERÍODO:** 01/01/2016 à 31/12/2016

NATUREZA DA DESPESA	FONTE DOS RECURSOS (R\$)						TOTAL		
	Governo Federal		Governo Estadual	Governo Municipal				Próprios da entidade	Outras fontes (especificar)
	MDS	MEC		Outra Secretaria	Subvenção municipal	FMDCA			
Pagamento de pessoal			457.550,00	32.920,80	606.933,60		85.200,00	1.182.604,40	
Encargos sociais			41.200,00		54.624,00		7.668,00	103.492,00	
Treinamentos para a equipe							20.000,00	20.000,00	
Material de consumo para atividades com os usuários (didático, recreativo, esportivo, outros)	9.000,00	6.260,00					30.000,00	45.260,00	
Transporte de usuários							5.000,00	5.000,00	
Alimentação							15.000,00	15.000,00	
Água, luz, telefone, combustível			26.250,00		9.233,40		30.000,00	65.483,40	
Material de consumo (escritório, limpeza, higiene...)	18.000,00						15.000,00	33.000,00	
Despesas administrativas (xerox, seguros, impostos, escritório de contabilidade)							35.000,00	35.000,00	
Conservação do patrimônio (instalações, equipamentos)							97.510,00	97.510,00	
Aquisição de novos equipamentos		6.260,00					50.000,00	56.260,00	
Reformas no prédio / ampliação da construção							95.000,00	95.000,00	
Outros (Manutenção Veículos)							20.000,00	20.000,00	
<b>Total</b>	<b>27.000,00</b>	<b>12.520,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>32.920,80</b>	<b>670.791,00</b>		<b>505.378,00</b>	<b>1.773.609,80</b>	





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3352-7510  
3342-7558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacoia  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, Inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## AMPLIAÇÕES PREVISTAS PARA O ANO DE 2016

01 - Aquisição de um ônibus semi-novo.

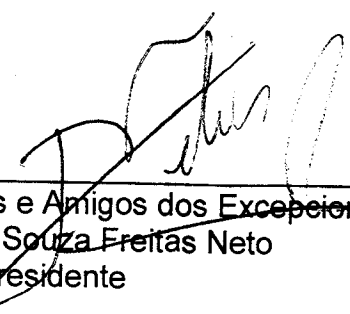
### Destacar:

- ❖ Objetivos: Oferecer um transporte adequado e confortável aos alunos.

## 11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a **Prefeitura Municipal de Ibitinga**, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto à Prefeitura ou outro órgão da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos Municipais, na forma deste plano de trabalho. Declaro também estar ciente de que esta entidade deverá prestar contas dos recursos repassados em conformidade com o estabelecido pelo órgão concessor, com descrição detalhada da aplicação dos recursos, demonstrativo das despesas realizadas constando cópia dos recibos, notas fiscais, extratos bancários e demais documentos comprobatórios das despesas realizadas com os recursos oriundos do presente convênio.  
Pede deferimento.

Ibitinga, 04 de Janeiro de 2016  
Local e Data

  
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
Albino de Souza Freitas Neto  
Presidente



# A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (19) 3352-7518  
e 3342-2559

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## 12 - ANÁLISE DO CONSELHO MUNICIPAL DE Assistência Social

Em reunião extraordinária nº 081 de 18/01/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social foi aprovado por unanimidade o Plano de Trabalho para o repasse de subvenção social, Exercício 2016 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no valor de R\$ 670.791,00.

Ibitinga, 18/01/2016  
Local e Data

Valdeir Lopes da Silva  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 13 - PARECER DO CONTROLE INTERNO

Analisada, aprovada e atende todos os requisitos

Ibitinga, 18/01/2016  
Local e Data

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

## 14 - APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Aprovado:

Local e Data

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA  
FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO  
Prefeito Municipal



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2823  
3342-2558

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA APAE DE IBITINGA

Aos oito dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na sede da Apae de Ibitinga, localizada na Rua Idúlia da Costa Vilela, Nº 515, Jardim Pacola, CEP 14940-000, com a presença dos associados e pais, conforme registro no livro próprio de assinaturas, convocados de acordo com o Edital de Convocação, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária, para análise, deliberação e aprovação da proposta de reforma do Estatuto da Apae, em cumprimento ao disposto nos artigos 17, 36, inciso II, alíneas "c", "d" e "e" e 53, inciso V do Estatuto da Federação Nacional das Apaes. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente explicou aos presentes, o objetivo da alteração estatutária, para atender as orientações da Federação Nacional das Apaes e Federação das Apaes do Estado de São Paulo, e também para cumprir às novas exigências legais, a necessidade de correção de erros materiais na sua redação e também as sugestões que foram encaminhadas à Federação Nacional pelos presidentes das Apaes. Em seguida, procedeu-se à leitura do novo estatuto da Apae de Ibitinga - SP e esclarecimentos sobre as principais alterações propostas. Após esclarecimentos e debates, foi aprovado por unanimidade pelos presentes nesta Assembleia. O novo Estatuto Social da Apae de Ibitinga - SP, passará a adotar a redação padrão proposta pela Federação Nacional das Apaes, cuja cópia digitada será levada a registro e fará parte integrante desta Ata como se aqui estivesse transcrita. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária. A presente Ata vai por mim Valéria Miziara Pagni assinada, Secretário desta Assembleia, e também pelo Sr. Presidente.



IBITINGA, 08 de outubro de 2012.

Paulo César Zapata  
Presidente

Valéria Miziara Pagni  
Secretária

1.º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE IBITINGA - SP  
RUA BOM JESUS, 493 - CENTRO - FONE: (16) 3342-3111  
conheço por semelhante SEM VALOR econômico a(s) tirada(s)  
LUIS CESAR ZAPATA - VALERIA MIZIARA PAGNI - Douç. C.  
Ibitinga-SP, 24/10/2012  
da verdade  
1 Test.  
RICHARDO FERREIRO - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
Código SP: 5052484804890495252504848 - Valor: 8,00  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2559

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBITINGA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA  
JURÍDICA DE IBITINGA

CAPÍTULO I

MICROEMPRESA Nº 2290

### Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga – SP, ou, abreviadamente, APAE de Ibitinga - SP, fundada em Assembleia realizada em 23 de agosto de 1975, nesta cidade de Ibitinga - SP, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A Apae de Ibitinga é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Idúlia da Costa Vilela, Nº. 515, Jardim Pacola, e foro no município de Ibitinga, estado de São Paulo, CEP 14940-000.

Art. 3º – A Apae de Ibitinga tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A Apae de Ibitinga adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

*Parágrafo Único* – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º – A bandeira da Apae de Ibitinga, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

*Parágrafo Único* – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2023  
e 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Art. 6º – Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins desta Apae, nos limites territoriais do seu município:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

III – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2823  
e 3342-2553

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei nº 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto nº 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. nº 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo nº 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

IV – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VI – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX – produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias

XII – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2823  
e 3342-2559

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

**XVIII** – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

**XIX** – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

**XX** – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

**XXI** – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

**XXII** – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

**XXIII** – divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

**XXIV** – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

**XXV** – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

**Art. 11** – A Apae de Ibitinga integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal e plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos



# APEE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (11) 3342-2023  
3342-7558

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85. Inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

## CAPÍTULO II

### Dos Associados

#### Seção I

#### Do Quadro Social

Art. 13 – A Apae de Ibitinga é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado;

II – beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III – correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2028  
3342-2559

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

IV – honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V – especiais: pessoas com deficiência que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados;

VI – fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae e assinaram a respectiva ata.

Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

## Seção II

### Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

## Seção III

### Dos Direitos dos Associados



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2823  
# 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal. Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

**Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:**

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

## Seção IV

### Das Obrigações dos Associados



MICROFILMADO SOB n.º 2290

# **A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Tel/Fax (19) 3442-2023  
3442-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, Inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## **Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:**

- I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;
- II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;
- III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;
- IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;
- V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;
- VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.

## **Seção V**

### **Das Penalidades Aplicáveis aos Associados**

**Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.**

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com o aval da Assembleia Geral, para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2923  
e 3342-2558

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

§ 3º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

## Seção VI

### Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 - Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II - À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III - A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV - Caracterizada a necessidade de intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V - A intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI - Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.



JUSTIÇA DE IBITINGA  
2290

# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

- I – homologar as alterações do Estatuto;
- II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;
- III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;
- VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

*Parágrafo único* – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

*Parágrafo único* – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

*Parágrafo único* – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

## Seção III

### Do Conselho de Administração



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (11) 3342-2923  
0 3342-2558

Av. Eng. Ivanil Francischini, n.º 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar o Regimento Interno da Apae;

II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III – aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax: (16) 3342-2023  
3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII – assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35.

## Seção IV

### Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2558

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

*Parágrafo Único* – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

## Seção V

### Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

VI – Diretor Social.

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax: (16) 2342-2023  
e 2342-2559

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

## Seção VI

### Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

- I – promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II – elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos, admitir e demitir funcionários;
- X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2023  
3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

- XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;
- XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;
- XIV – promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;
- XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;
- XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.
- XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;
- XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;
- XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;
- XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** – Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

## Seção VII

### Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (11) 3342-2023  
3342-2553

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;

II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III – representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;

IV – representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;

V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;

VI – dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X – ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.



MACROFILMADO SOB N.º

# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax: (19) 3342-2823  
e 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

**Parágrafo único** – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

**Art. 37** – Compete ao 1º Diretor Secretário:

I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI – exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

**Art. 38** – Compete ao 2º Diretor Secretário:

I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

**Art. 39** – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

*[Handwritten signatures and initials]*



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2559

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85. Inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;
- II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;
- III – providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

*Parágrafo único* – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

- I – organizar as atividades sociais;
- II – elaborar o programa de solenidades;
- III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

## Seção VIII

### Da Autogestão e da Autodefensoria



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2023  
e 3342-2559

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

*Parágrafo Único* – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

## Seção IX

### Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição ou afastamento por denúncia.



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (10) 3342-2923  
3342-7558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

## CAPÍTULO IV

### Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

*Parágrafo único* – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2550

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II – defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

## CAPÍTULO V

### Das Receitas e do Patrimônio

Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I – contribuições de associados e de terceiros;

II – legados;

III – produção e venda de serviços;

IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V – doações de qualquer natureza;

VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII – produto líquido de promoções de beneficência;

VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.





# APEE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (18) 3342-2923  
3342-2558

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, n.º 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob n.º 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

**Parágrafo único** – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

**Art. 56** – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

**Parágrafo único** – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País.

## CAPÍTULO VI

### Das Eleições

**Art. 57** – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

**Art. 58** – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:



JURIDICA DE IDENTIFICACAO 2290

# **APEE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Tel/Fax (16) 3342-2023  
e 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação de associado da Apae;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso VI deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h) termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI – É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

*Parágrafo Único* – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições Gerais**

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3342-2823  
e 3342-2558

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

§2º - É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

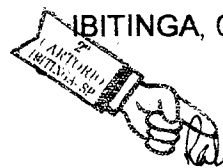
Art. 63 - A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 - A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 - O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

IBITINGA, 08 de outubro de 2012.



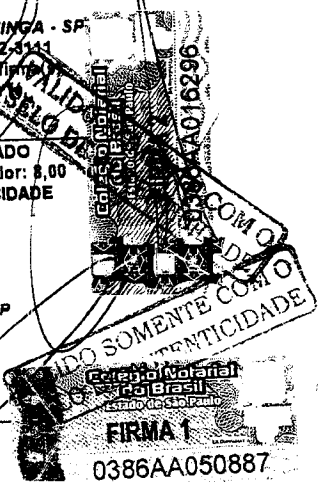
*Paulo César Zapata*  
Paulo César Zapata  
Presidente

*Ivanil de Marins*  
IVANIL DE MARINS  
Advogado  
OAB-SP 86931 - CPF 710.208.028-9

*Valéria Miziara Pagni*  
Valéria Miziara Pagni  
Secretária

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE IBITINGA - SP  
RUA BOM JESUS, 483 - CENTRO - FONE: 16 3342-3111  
Reconheço por semelhança SEM valor econômico a(s) firma(s)  
PAULO CESAR ZAPATA, VALERIA MIZIARA PAGNI, Dou. 08  
Ibitinga-SP, 24/10/2012  
Em Teste da verdade  
RICHARD DERICIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
Código Reg: 505249485048495049525256257. Valor: 8,00  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE IBITINGA - SP  
RUA BOM JESUS, 483 - CENTRO - FONE: 16 3342-3111  
Reconheço por semelhança SEM valor econômico a(s) firma(s)  
IVANIL DE MARINS (DR.), Dou. 08  
Ibitinga-SP, 28/10/2012  
Em Teste da verdade  
LEANDRO ARTUZO - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
Código Reg: 5054494850484950485750575250. Valor: 4,00  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3352-7510  
e 3342-2550

Av. Eng. Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## ATA DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E DIRETORIA EXECUTIVA DA APAE DE IBITINGA

Ata da Eleição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAE de Ibitinga", realizada em segunda convocação, na sede da Entidade, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezoito horas e trinta minutos. Abertos os trabalhos, foi aclamado para presidir os trabalhos de Assembléia Geral Ordinária, a pessoa do Senhor Claudinei Rogério Bazanelli, que convidou a mim, Ulisses Murilo Oréfice, para secretariar os trabalhos desta Assembléia Geral Ordinária, aberta em sessão de eleição e, após agradecer a presença de todos, informou que a presente Assembléia foi instalada em segunda convocação, atendendo assim o Estatuto Social, tendo em vista que, em primeira convocação não registrou o *quorum* necessário. Continuando, informou a existência do registro de apenas uma chapa para concorrer às Eleições para o Triênio 2014/2016, na qual serão eleitos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Em seguida, informou que, de acordo com o Estatuto Social, em havendo o registro de uma única chapa, não haverá necessidade de Eleições, que bastava apenas os membros se reunirem na Assembléia Geral Ordinária, conforme o Edital de Convocação publicado na página dez (10), do Jornal Folha de Ibitinga, em 11 de outubro de 2013, verificar se as exigências haviam sido cumpridas, para então homologar e proclamar eleitos por aclamação os seus componentes. Em seguida a palavra foi utilizada pelo Dr. Ivanil de Marins que esclareceu sobre a existência do registro de uma única chapa. Usando da palavra o Sr. Paulo Cesar Zapata, Presidente em exercício, apresentou os membros da nova Diretoria e aproveitou para informar que, na data de amanhã haverá uma reunião com o Dr. Florisvaldo Antonio Fiorentino, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibitinga, que prometeu um aumento na verba destinada à APAE de Ibitinga para o próximo ano. Continuando, o Presidente da Assembléia reiterou a existência de uma única chapa registrada, a qual passa a constituir o novo

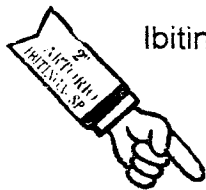


# **A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, é a seguinte:  
Diretoria Executiva: Presidente: Albino de Souza Freitas Neto, Vice-Presidente: Elias Ferreira, 1º Diretor Secretário: Valéria Miziara Pagni, 2º Diretor Secretário: Paulo César Zapata, 1º Diretor Financeiro: Ariovaldo de Arruda Cano, 2º Diretor Financeiro: Francisco Carlos Raineri de Camargo, Diretor de Patrimônio: Christian Richard Margadona, Diretor Social: Carlos Alberto Bezerra e Procurador Jurídico: Ivanil de Marins; Conselho de Administração: Presidente: Douglas Henrique de Carvalho, Vice-Presidente: Celso Roberto Domingues, 1º Secretário: Antonio Carlos Coppi, 2º Secretário: Cláudio Menegues; Membros: Antonio Marcus Arthus, Benedito Jaime Predolim, Vilécio Constantino, Luciano Leite da Silva, Claudinei Rogério Bazanelli, Ulisses Murilo Oréfice e Aparecido Donizete Domingues da Silva; Conselho Fiscal: Douglas Pinto, João Anselmo Montanari da Cunha, Antonio Angeluci; Suplentes: Erick Bottan, Waldemar Borges de Moraes Filho e Marcelo Luiz Bonfim Pereira. Desta forma, fica assim eleito o novo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE de Ibitinga, para o Triênio 2014/2016. Sem mais assunto a ser tratado, foi encerrada a presente Assembléia Geral, com o Sr. Presidente desejando uma feliz gestão para os novos Diretores e Conselheiros e constatando ser naquele momento, dezenove horas e trinta minutos. Em seguida determinou que se lavrasse a presente Ata, que, após sua leitura e aprovação vai por mim, Ulisses Murilo Oréfice, Secretário, assinada, bem como pelo Sr. Presidente da Assembléia. Ibitinga, 13 de novembro de 2013.



**CLAUDINEI ROGÉRIO BAZANELLI**  
Presidente da Assembléia



**ULISSES MURÍLO ORÉFICE**  
Secretário



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Tel/Fax (16) 3352-7510  
e 3342-2559

Av. Eng.º Ivanil Francischini, nº 8.803  
(Qd. 7 - Jd. Bela Vista)  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## ATA DA SESSÃO DE POSSE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E DIRETORIA EXECUTIVA DA APAE DE IBITINGA

Ata da Sessão de Posse do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAE de Ibitinga", para o Triênio 2014/2016. Ao primeiro dia do mês de janeiro, do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, reuniram-se na sede da APAE de Ibitinga, situada nesta cidade de Ibitinga – SP, na Rua Idúlia da Costa Vilela, nº. 515, Jd. Pacola, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da APAE de Ibitinga, para tratar do seguinte assunto: Posse do novo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, para o Triênio 2014/2016. Abertos os trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração, na pessoa do Sr. Douglas Henrique de Carvalho, convidou a mim, Paulo César Zapata para secretariar ato, executando os serviços de Secretaria desta sessão. Em seguida esclareceu a todos que a finalidade da presente era a posse do novo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o Triênio 2014/2016. Em seguida apresentou a Chapa Eleita, composta pelos seguintes membros: Diretoria Executiva: Presidente: Albino de Souza Freitas Neto, Vice-Presidente: Elias Ferreira, 1º Diretor Secretário: Valéria Miziara Pagni, 2º Diretor Secretário: Paulo César Zapata, 1º Diretor Financeiro: Ariovaldo de Arruda Cano, 2º Diretor Financeiro: Francisco Carlos Raineri de Camargo, Diretor de Patrimônio: Christian Richard Margadona, Diretor Social: Carlos Alberto Bezerra e Procurador Jurídico: Ivanil de Marins; Conselho de Administração: Presidente: Douglas Henrique de Carvalho, Vice-Presidente: Celso Roberto Domingues, 1º Secretário: Antonio Carlos Coppi, 2º Secretário: Cláudio Menegues; Membros: Antonio Marcus Arthus, Benedito Jaime Predolim, Vilécio Constantino, Luciano Leite da Silva, Claudinei Rogério Bazanelli, Ulisses Murilo Oréfice e Aparecido Donizete Domingues da Silva; Conselho Fiscal: Douglas Pinto, João Anselmo Montanari da Cunha, Antonio Angeluci; Suplentes: Erick Bottan, Waldemar Borges de Moraes Filho e Marcelo Luiz Bonfim Pereira. Continuando os trabalhos e de acordo com o



# APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, Inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

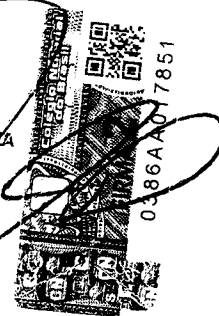
Estatuto Social, deu posse aos novos Diretores e Conselheiros para o Triênio 2014/2016. Após o Sr. Presidente cumprimentou a todos os recém empossados, agradeceu a presença de todos e como não havia mais assunto a ser tratado, encerrou a presente sessão às dez horas e trinta minutos e determinou a mim, Paulo César Zapata que lavrasse presente Ata, que vai por mim assinado, pelo Sr. Presidente, após sua leitura e aprovação em Ibitinga, 01 de janeiro de 2014.

  
ALBINO DE SOUZA FREITAS NETO  
Presidente

  
PAULO CÉSAR ZAPATA  
Secretário

Reconheço por semelhança SEM valor econômico a(s) firma(s): ALBINO DE SOUZA FREITAS NETO, PAULO CESAR ZAPATA, Dou fé.  
Ibitinga-SP, 03/01/2014

Em Teste da verdade  
FERNANDO HENRIQUE GAMBARELLI - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
Código Seg: 4651484950484952485748564857. Valor: R\$ 50  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
**47.048.897/0001-97**  
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA  
**27/11/1975**

NOME EMPRESARIAL  
**ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
**APAE DE IBITINGA**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
**94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte**  
**94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
**399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA**

LOGRADOURO  
**R IDULIA DA COSTA VILELA**

NÚMERO  
**515** COMPLEMENTO

CEP  
**14.940-000**

BAIRRO/DISTRITO  
**JARDIM PACOLA**

MUNICÍPIO  
**IBITINGA**

UF  
**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
**(16) 3342-2023**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
**ATIVA**

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
**20/11/2001**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **06/01/2016** às **08:31:12** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



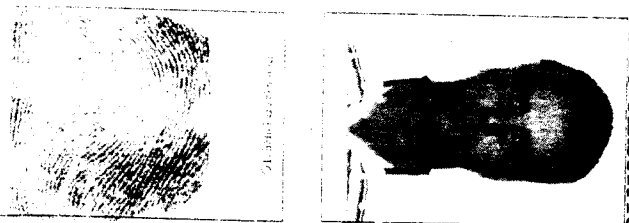
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8800-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON BILÍPIE

PROIBIDO PLASTIFICAR



ASSINATURA DO TITULAR

3596-040359

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.604.968-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/JUL/2011

NOME ALBINO DE SOUZA FREITAS NETO

FILIAÇÃO AURELIO DE SOUZA FREITAS

E BENEDITA RIBEIRO FREITAS

NATURALIDADE ITAJU -SP DATA DE NASCIMENTO 05/JAN/1957

DOC ORIGEM IBITINGA-SP

IBITINGA

CC:LV.B02 /FLS.18 /N.000316

CPF 979423408/72

208 Delegado Divisório

Roberto Akino de Paula IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**CIC**

NASCIMENTO 05.J1.57

INSCRIÇÃO NO CPF 979 423 408 72

CONTRIBUINTE

ALBINO DE SOUZA FREITAS NETO

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADS  
CADASTRO PRÓ SOCIAL



**Comprovante Cadastral**

C.N.P.J.	Código de Identificação
47.048.897/0001-97	SEADS/PS - 3200/1976

**Razão Social - Mantenedora**  
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS A P A E DE IBITINGA

**Endereço**  
AV ENGENHEIRO IVANIL FRANCISCHINI, 8803 - JARDIM BELA VISTA  
Quadra 7 Ibitinga 14940-000

N.º de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	Área de atuação
2	Assistência e Desenvolvimento Social e Comunitário Culturas e Artes Defesa dos Direitos Educação Esportes Saúde

**Natureza Jurídica**  
Privada sem Fins Lucrativos

Certifico que a entidade supra está cadastrada nesta Secretaria, conforme Resolução SEADS 29 de 29 de Novembro de 2006.

Araraquara, 26 de Novembro de 2007  
*Neide Miney Gonçalves da Costa*  
R.G. 4.297.425  
Diretora Técnica de Divisão Regional  
SEADS - Araraquara



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE**

Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011

**Número CRCE 0295/2012**

**Data de emissão: 06/01/2016**

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga**

**CNPJ : 47.048.897/0001-97**

Endereço: Av. Engº. Ivanil Francischini, 8803 Complemento: Quadra 07

Bairro: Jd. Bela Vista CEP: 14940000

Município: IBITINGA - SP

Certificamos que a Entidade acima identificada está inscrita e aprovada no Cadastro Estadual de Entidades - CEE, do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011.

O presente certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor, necessários à formalização de convênios e outras formas de avença, a serem celebrados com os órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Identificação da Entidade			
Razão Social:	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga		
Nome Fantasia:	APAE de Ibitinga	CRCE	0295/2012
CNPJ:	47.048.897/0001-97	Fundação:	23/08/1975
Telefone:	(16) 3352-7510 (Fax)(16) 3352-7510	Email:	apae.ibitinga@uol.com.br

Endereço(s) da Entidade			
Endereço:	Av. Engº. Ivanil Francischini, 8803		
Município:	IBITINGA	Bairro:	Jd. Bela Vista
Reg. Administrativa:	Região Administrativa Central	CEP:	14940000
Atendimento:			

Dirigentes da Entidade	
Nome	Cargo/Função
Albino de Souza Freitas Neto	Presidente
Ariovaldo de Arruda Cano	1º Tesoureiro
Carlos Alberto Bezerra	Diretor
Christian Richard Margadona	Diretor
Elias Ferreira	Vice Presidente
Francisco Carlos Raineri de Camargo	2º Tesoureiro
Ivanil de Marins	Procurador Jurídico
Paulo César Zapata	2º Secretário
Valéria Miziara Pagni	1º Secretário

Em que Área a Entidade Atua
Arte e Cultura; Assistência e Desenvolvimento Social e Comunitário; Defesa dos Direitos da Cidadania; Educação; Esportes; Lazer; Saúde;

Qual é o Público Alvo atendido pela Entidade
Criança;

**Lista das Entidades cadastradas no CEE**

06/01/2016 09:11:14

<b>Quantidade de registro(s) encontrado(s): 1</b>					
<b>Razão Social</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Município</b>	<b>Status da Entidade no CEE</b>	<b>Número do CRCE</b>	<b>Área de Atuação</b>
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga	47.048.897/0001-97	IBITINGA	Liberado	0295/2012	Arte e Cultura; Assistência e Desenvolvimento Social e Comunitário; Defesa dos Direitos da Cidadania; Educação; Esportes; Lazer; Saúde;



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBITINGA

### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS

SERVIÇOS  
 PROJETOS

PROGRAMAS  
 BENEFÍCIOS SOCIO ASSISTENCIAIS

**INSCRIÇÃO Nº 002/98**

#### **Serviços de Proteção Social de Média Complexidade para pessoas com deficiências e suas famílias:**

- Serviço de Atendimento e a Defesa de Direitos dos usuários e suas famílias;
- Serviço de Prevenção e apoio ao mercado de trabalho;
- Serviço de Prevenção às Deficiências;
- Serviço de Orientação Nutricional as Famílias;
- Serviço de Apoio às Famílias;
- Ações Socioassistenciais – atividades esportivas, culturais e de lazer;
- Serviços de Reabilitação.

Estes serviços são executados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga, CNPJ 47.048.897/0001-97, com sede na Av. Ivanil Francischini, nº 8.803 – Quadra 07 - Bairro Jardim Bela – Ibitinga – São Paulo, e encontra-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução nº 16/2010.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Ibitinga, 27 de abril de 2012.

Solange Aparecida Machado  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
Gestão de 01 de setembro de 2011 à 31 de agosto de 2013



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBITINGA

### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS

SERVIÇOS  
 PROJETOS

PROGRAMAS  
 BENEFÍCIOS SOCIO ASSISTENCIAIS

**INSCRIÇÃO Nº 016/2012**

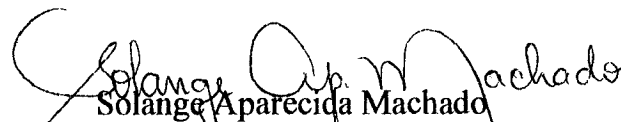
### SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com deficiência intelectual acima de 30 anos**

**Este serviço será executado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibitinga, CNPJ 47.048.897/0001-97, com sede na Av. Ivanil Francischini, nº 8.803 – Quadra 07 - Bairro Jardim Bela – Ibitinga – São Paulo, e encontra-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução nº 16/2010.**

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Ibitinga, 13 de novembro de 2012.

  
Solange Aparecida Machado

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
Gestão de 01 de setembro de 2011 à 31 de agosto de 2013



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**  
**CNPJ: 47.048.897/0001-97**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 18:28:09 do dia 13/10/2015 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 10/04/2016.

Código de controle da certidão: **BA77.CAB6.C7B2.9B57**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Coordenadoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 47.048.897

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 9764729  
Data e hora da emissão 06/01/2016 08:46:07  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA

MUNICÍPIO DE IBITINGA

Rua Miguel Landim, 333 - Centro - Ibitinga

CNPJ: 45.321.460/0001-50

CERTIDÃO NEGATIVA  
DO MOBILIÁRIO

Código	Data Abertura	Situação	
00009845	22/01/1976	01 - Ativo	
Razão Social			CPF/CNPJ
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS			47.048.897/0001-97
Nome Fantasia			Inscrição Municipal
APAE DE IBITINGA			00009845
Logradouro		Número	Complemento
AV. ENGº IVANIL FRANCISCHINI		08803	QUADRA 7
Bairro		Cep	
JARDIM BELA VISTA		14940000	
Cidade		UF	
Ibitinga		SP	
Atividade			
CASA DE RECUPERAÇÃO			

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o Cadastro Mobiliário abaixo descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente a Taxa de Fiscalização e ISSQN. ATENÇÃO: Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 08:55:27 do dia 06/01/2016

Válida até 05/02/2016

Código de Controle da Certidão/Número 32F1954DAB63A067

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 47.048.897/0001-97  
Certidão nº: 174890750/2015  
Expedição: 13/10/2015, às 18:19:59  
Validade: 09/04/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.048.897/0001-97, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 47048897/0001-97  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS  
**Nome Fantasia:** APAE DE IBITINGA  
**Endereço:** AV ENG IVANIL FRANCISCHINI 8803 QD\_07 / JD BELA VISTA / IBITINGA / SP / 14940-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 24/12/2015 a 22/01/2016

**Certificação Número:** 2015122404491242829206

Informação obtida em 06/01/2016, às 08:40:32.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

## Extrato conta corrente

## Cliente - Conta atual

Agência 6560-9  
 Conta corrente 815-X ASSOCIACAO DE P E A DOS  
 Período do extrato Mês atual

## Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/12/2015		0000	00000	000 Saldo Anterior			1.000,00
Juros							
Data de Debito de Juros							0,00
IOF							29/01/2016
Data de Debito de IOF							0,00
							01/02/2016

## OBSERVAÇÕES:

Há tarifas pendentes de cobrança. Total em  
 06/01/2016 R\$ 4,25. Sujeito à cobrança  
 quando ocorrer saldo positivo na conta corrente.  
 Procure sua agência.



# **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Tel/Fax (16) 3352-7510

1342-2558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515

Jd. Pacola

CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

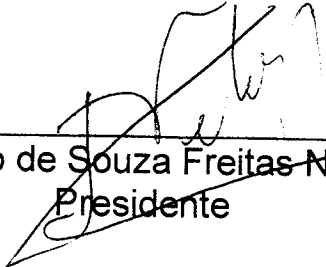
Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## **DECLARAÇÃO**

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais** – APAE de Ibitinga, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos e de caráter Privado, portadora do CNPJ nº 47.048.897/0001-97, sita à Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515 – Jd. Pacola, Ibitinga – SP, declara para os devidos fins junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga que os eventuais contratados com recursos governamentais não são servidores públicos nem membros da Diretoria da Entidade.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente declaração.

Ibitinga – SP, 04 de Janeiro de 2.016

  
\_\_\_\_\_  
Albino de Souza Freitas Neto  
Presidente



# **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Tel/Fax (19) 3352-7610  
e 3342-2558

Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515  
Jd. Pacola  
CEP 14940-000 - Ibitinga - SP

Reconhecida de Utilidade Municipal, Lei n.º 1109 de 23/08/76 - Reconhecida de Utilidade Estadual, nº 2748 de 10/04/81 - Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme Decreto n.º 91.108 de 12/03/85, inscrita no CEAS sob nº 1485/85 em 22/05/85 - Matrícula no C.A.R. n.º 3200 - Certificado de Fins Filantrópicos conforme processo n.º 44006.000935/97-07 - Inscrição Municipal 984-5 - CNPJ 47.048.897/0001-97 - REG. Pessoas Jurídicas 102, Págs 132/134

## **DECLARAÇÃO**

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais** – APAE de Ibitinga, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos e de caráter Privado, portadora do CNPJ nº 47.048.897/0001-97, sita à Rua Idúlia da Costa Vilela, nº 515 – Jd. Pacola, Ibitinga – SP, declara para os devidos fins junto à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga que dispõe de capacidade técnica necessária para a implantação e desenvolvimento do convênio/subvenção.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente declaração.

Ibitinga – SP, 04 de Janeiro de 2.016

  
\_\_\_\_\_  
Albino de Souza Freitas Neto  
Presidente



Ministério do Desenvolvimento Social  
e Combate à Fome

MDS/SNAS/DRSP/CCEB



71000.103599/2015-75

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS  
COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social  
Av. W3 Norte, SEPN 515, Ed. Ômega, Bloco "B" - CEP 70.770-502 - Brasília/DF

OFÍCIO N.º 2294/2015-CCEB/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Brasília, 27 de agosto de 2015.


À Sua Senhoria o(a) Senhor(a)  
Presidente da(o) APAE de Jardim Bela Vista  
Av. Eng. Ivanil Francischini, 8803 - Jd. Bela Vista  
Cep: 14.940-000 SAO PAULO/SP

Assunto: comunicado de deferimento

Senhor(a) Presidente,

1. Comunico-lhe o DEFERIMENTO da Concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolizada sob o nº 23000.012504/2012-10, da entidade APAE de Jardim Bela Vista, CNPJ 47.048.897/0001-97, conforme Portaria nº 43/2015, item 242, de 31/03/2015, publicada no Diário Oficial da União de 01/04/2015, com validade de 01/04/2015 a 31/03/2018.
2. Ressalto que novo pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, ou seja, até o dia 31/03/2018, em conformidade com o §1º do Art. 24 da Lei nº 12.101/2009.

Atenciosamente,

  
Guilherme Ferreira  
CCEB/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS  
Mat. 2208962





Nº 62, quarta-feira, 1 de abril de 2015

189)ASILÃO SÃO VICENTE DE PAULO DE JOAQUIM TAVORA, CNPJ 78.594.793/0001-01, JOAQUIM TAVORA/PR, processo nº 71000.050107/2012-06, parecer técnico nº 38528/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

190)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DDS EXCEPCIONAIS DE DILIOS D'AGUA, CNPJ 04.501.551/0001-90, DLHDS D'AGUA/MG, processo nº 71000.050062/2012-52, parecer técnico nº 39465/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

191)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CACHOEIRAS DE MACACU, CNPJ 31.838.261/0001-09, CACHOEIRAS DE MACACU/RJ, processo nº 71000.050052/2012-17, parecer técnico nº 40066/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

192)ORGANIZAÇÃO NAO CDVERNAMENTAL MÃOS AMIGAS INTERNACIONAL, CNPJ 05.491.390/0001-63, DIADEMA/SP, processo nº 71000.050057/2012-40, parecer técnico nº 41764/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

193)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GRDSSA, CNPJ 79.261.210/0001-93, PDNTA GRDSSA/PR, processo nº 71000.051480/2012-67, parecer técnico nº 39920/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

194)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CACUAS, CNPJ 87.666.293/0001-29, CACUAS/RP, processo nº 71000.051504/2012-88, parecer técnico nº 39272/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

195)ALDEIA DO FUTURO - ASSOCIAÇÃO PARA A MELHORIA DA CONDIÇÃO DA PDPULCÃO CARENTE, CNPJ 74.137.126/0001-49, SÁD PAULO/SP, processo nº 71000.051514/2012-13, parecer técnico nº 38467/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

196)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DAS ANTAS, CNPJ 78.497.005/0001-69, RIO DAS ANTAS/SC, processo nº 71010.001228/2012-98, parecer técnico nº 39570/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

197)CASA DA CRIANÇA ZENAIDE DE SDOUZA, CNPJ 47.351.804/0001-07, ITAQUAQUECETUBA/SP, processo nº 71000.051562/2012-10, parecer técnico nº 40274/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

198)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CELSO RAMOS, CNPJ 00.637.338/0001-59, CELSD RAMOS/SC, processo nº 71000.006739/2012-15, parecer técnico nº 39630/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

199)ASSOCIAÇÃO VARZEA GRANDENSE MADRE TEREZA DE CALUTA, CNPJ 10.846.821/0001-05, VARZEA GRAND-DEMT, processo nº 71000.051554/2012-65, parecer técnico nº 40198/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

200)ASSOCIAÇÃO PESTALDZZI DE PDNTD BELD, CNPJ 01.677.461/0001-66, PONTD BELD/ES, processo nº 71000.006713/2012-77, parecer técnico nº 40088/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

201)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO, CNPJ 16.843.062/0001-03, DURO PRETO/MG, processo nº 71000.046623/2012-16, parecer técnico nº 39468/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

202)ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DD ASILD NDSSA SENHEDRA DD CARMD, CNPJ 31.273.147/0001-89, CAMPOS DOS GOYTAZES/RJ, processo nº 71000.006744/2012-28, parecer técnico nº 39975/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

203)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BUTIA, CNPJ 89.906.655/0001-37, BUTIA/RS, processo nº 71000.006730/2012-12, parecer técnico nº 39200/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

204)ASILD DE INVÁLIDOS DE CASA BRANCA, CNPJ 47.025.606/0001-45, CASA BRANCA/SP, processo nº 71000.059686/2012-35, parecer técnico nº 38485/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

205)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUAZEIRO, CNPJ 16.252.694/0001-94, JUAZEIRO/BA, processo nº 71000.059697/2012-15, parecer técnico nº 39320/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

206)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÁD SEBASTIAD DE CAL, CNPJ 00.599.893/0001-33, SÁD SEBASTIAD DD CAL/RS, processo nº 71000.059699/2012-12, parecer técnico nº 39573/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

207)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PRAIA GRANDE, CNPJ 02.910.374/0001-70, PRAIA GRANDE/SP, processo nº 71000.062471/2012-00, parecer técnico nº 39508/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

208)CRASI - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E ASSITÊN- CIA SOCIAL INTEGRADA, CNPJ 20.927.901/0001-30, ITAU- NA/MG, processo nº 71000.059740/2012-42, parecer técnico nº 40849/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

209)ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE SOLIDARIEDA- DE, CNPJ 11.861.086/0001-63, SÁD PAULD/SP, processo nº 71000.059751/2012-22, parecer técnico nº 39913/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

210)BEM VIVER, CNPJ 00.769.292/0001-21, JAU/SP, processo nº 71000.068455/2012-12, parecer técnico nº 40214/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

211)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE ESPACÇO CRIADOR, CNPJ 00.497.170/0001-23, CHAPADÁ/RS, processo nº 71000.067563/2012-78, parecer técnico nº 39106/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

212)INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL NOSSD LAR, CNPJ 57.570.749/0001-91, SANTO ANDRÉ/SP, processo nº 71000.068399/2012-16, parecer técnico nº 41173/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

213)CLUBE DE MÃES SAUD MITRE, CNPJ 23.774.607/0001-24, CLAUDIO/MG, processo nº 71000.059775/2012-81, parecer técnico nº 40717/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

214)ASSOCIAÇÃO DE CIDADÃS E CIDADÃS SOLI- DÁRIDIS - VAMOS, CNPJ 07.388.389/0001-33, BACABALMA, processo nº 71000.068387/2012-91, parecer técnico nº 38995/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

215)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PINDAMDNHANGABA, CNPJ 54.126.818/0001-84, PINDAMDNHANGABA/SP, processo nº 71000.069250/2012-54, pa- recer técnico nº 39481/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

216)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEARA MIRIM, CNPJ 24.371.189/0001-97, CEARA- MIRIM/RN, processo nº 71000.069251/2012-07, parecer técnico nº 39241/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

217)CENTRO DE DEFESA DDS DIREITDS DA CRIAN- CA E DO ADOLESCENTE - CEDERICA, CNPJ 02.433.278/0001- 88, SANTO ANGELO/RS, processo nº 71000.059799/2012-31, pa- recer técnico nº 40480/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

218)ABRIGO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE DE PDR- TD UNIAD, CNPJ 77.125.862/0001-75, PORTD UNIAD/SC, processo nº 71000.069284/2012-49, parecer técnico nº 38334/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

219)LAR DOS VELINHOS DA SOCIEDADE SÁD VI- CENTE DE PAULD DE IEPPE, CNPJ 09.846.157/0001-21, IEPPE/SP, processo nº 71000.069292/2012-11, parecer técnico nº 41495/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

220)CENTRO DE DEFESA DDS DIREITDS DA CRIAN- CA E DO ADOLESCENTE DE PASSD FUNDO, CNPJ 08.578.314/0001-88, PASSD FUNDO/RS, processo nº 71000.059804/2012-13, parecer técnico nº 40482/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

221)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAO PESSOA, CNPJ 08.299.133/0001-12, JOAO PESSOA/PB, processo nº 71000.069294/2012-84, parecer técnico nº 39387/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

222)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAU DE MINAS, CNPJ 05.391.878/0001-19, ITAU DE MINAS/MG, processo nº 71000.069346/2012-12, parecer técnico nº 39364/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

223)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL DOS GUEDES, CNPJ 71.000.074/0001-52, FAXINAL DOS GUEDES/SC, processo nº 71000.074049/2012-99, parecer técnico nº 39301/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

224)LAR TIA ANASTÁCIA, CNPJ 02.242.994/0001-88, TERESD POLIS/RJ, processo nº 71000.069334/2012-98, parecer técnico nº 41599/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

225)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAIBA, CNPJ 02.997.221/0001-01, JAIBA/MG, processo nº 71000.059812/2012-51, parecer técnico nº 39375/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

226)CASA JOSÉ COLTRO, CNPJ 59.483.099/0001-72, SÁD PAULD/SP, processo nº 71000.069333/2012-43, parecer técnico nº 40366/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

227)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A CRIANÇA, ADO- LESCENTE E FAMÍLIA DE LUCÉLIA - SP, CNPJ 51.404.325/0001-70, LUCÉLIA/SP, processo nº 71000.069332/2012- 31, parecer técnico nº 39674/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

228)ASSOCIAÇÃO CASA DE CARIDADE LAR EVAN- GÉLICO MAANAIM, CNPJ 01.648.380/0001-38, GUARUJA/SP, processo nº 71000.069322/2012-70, parecer técnico nº 38746/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

229)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VALPARAISO DE GDIAS, CNPJ 07.441.601/0001- 89, VALPARAISO DE GDIAS/GD, processo nº 71000.071613/2012- 11, parecer técnico nº 39612/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

230)ASSOCIAÇÃO CIRANDA VIVA, CNPJ 05.139.676/0001-84, JARDINDPOLIS/SP, processo nº 71000.074586/2012-39, parecer técnico nº 38774/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

231)ASSOCIAÇÃO PRDIJET MARANATHA, CNPJ 08.283.484/0001-35, NAVTAIM/MS, processo nº 71000.076434/2012- 60, parecer técnico nº 40125/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

232)CENTRO DE DEFESA DOS DIREITDS DA CRIAN- CA E DO ADOLESCENTE MÔNICA RAJAD TREVISAN, CNPJ 61.143.818/0001-34, SÁD PAULD/SP, processo nº 71000.076393/2012-12, parecer técnico nº 40483/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

233)VILA VICENTINA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE ABAETE, CNPJ 04.128.949/0001-22, ABAE- TE/MG, processo nº 71000.071634/2012-37, parecer técnico nº 42093/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

234)LAR POUSSADA DOS BERTO DA SOCIEDADE SÁD VICENTE DE PAULD DE ARCD, CNPJ 03.836.761/0001-76, AR- CDS/MG, processo nº 71000.071635/2012-81, parecer técnico nº 41542/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

235)CASA DE REPOUSD BEM VIVER DIVINA VIEIRA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE IGUATAMA, CNPJ 20.876.413/0001-41, IGUATAMA/MG, processo nº 71000.071636/2012-26, parecer técnico nº 40313/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

236)VILA VICENTINA PADRE GERALDO REZENDE, CNPJ 20.895.876/0001-50, BAMBU/MG, processo nº 71000.071638/2012-15, parecer técnico nº 42108/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

237)LAR DOS VELINHOS PAPA IDÁD XXIII DE SAL- TO GRANDE, CNPJ 49.130.461/0001-78, SALTO GRANDE/SP, processo nº 71000.076448/2012-94, parecer técnico nº 41483/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

238)LAR SÁD VICENTE DE PAULD DE GRANDES RÍDYS, CNPJ 78.276.466/0001-01, GRANDES RÍDYS/PR, processo nº 71000.076503/2012-46, parecer técnico nº 41591/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

239)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE LINHARES, CNPJ 27.562.800/0001-52, LINHARES/MS, processo nº 71000.076444/2012-14, parecer técnico nº 40076/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

240)SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULD - LAR SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 45.298.387/0001-42, ALTIÑO- POLIS/SP, processo nº 71000.076492/2012-02, parecer técnico nº 41958/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

241)ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA - AMA, CNPJ 79.361.382/0001-39, JOINVILLE/SC, processo nº 71000.081853/2012-24, parecer técnico nº 38936/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

242)JAPAB de Jardim Bela Vista, CNPJ 47.048.897/0001-97, SÁO PAULD/SP, processo nº 23000.012504/2012-10, parecer técnico nº 38494/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

243)VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE BRAGANCA PAULISTA, CNPJ 45.624.665/0001-04, BRAGANCA PAULIS- TA/SP, processo nº 71000.081896/2012-18, parecer técnico nº 42088/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

244)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DDS EXCEPCIONAIS DE CANDÓI, CNPJ 02.684.430/0001-03, CANDÓI/PR, processo nº 71000.076533/2012-17, parecer técnico nº 39229/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

245)ASSOCIAÇÃO DOS LESADOS MEDULARES DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ 05.548.074/0001-80, NOVO HAM- BURGUR/RS, processo nº 71000.084093/2012-15, parecer técnico nº 39785/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

246)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAGE, CNPJ 02.995.320/0001-96, MAGE/RJ, processo nº 71000.084102/2012-60, parecer técnico nº 39413/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

247)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRDRA DA MATA, CNPJ 21.416.987/0001-08, BOR- DA DA MATA/MG, processo nº 71000.084104/2012-59, parecer técnico nº 39191/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

248)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARULHOS, CNPJ 51.372.217/0001-63, GUARU- LHDS/SP, processo nº 23000.014083/2012-61, parecer técnico nº 39332/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

249)JOANA DE ANGELIS, CNPJ 56.369.093/0001-80, SANTA FE DO SUL/SP, processo nº 71010.001866/2012-17, parecer técnico nº 41375/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

250)CASA DA DIVINA MISERICÓDIA, CNPJ 03.303.706/0001-10, JDAD PESSADA/RS, processo nº 71000.084116/2012-83, parecer técnico nº 40275/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

251)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRIPIRI, CNPJ 35.146.612/0001-71, PIRIPIRI/PI, processo nº 71000.112324/2012-80, parecer técnico nº 39488/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

252)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALSAS, CNPJ 001.839.337/0001-74, BALSAS/MA, processo nº 71000.112346/2012-41, parecer técnico nº 39168/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

253)CENTRO DE INTEGRACÃO DA FAMÍLIA - CEIFA, CNPJ 08.364.607/0001-62, ARACAJU/SE, processo nº 71000.085710/2012-91, parecer técnico nº 40518/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

254)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESPINOSA, CNPJ 03.476.673/0001-00, ESPIND- SA/MG, processo nº 71000.112446/2012-76, parecer técnico nº 39296/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

255)ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA NDVAS DE PAZ, CNPJ 05.469.914/0001-10, ABBREU E LIMA/PE, processo nº 71000.112448/2012-65, parecer técnico nº 39890/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

256)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIUMA, CNPJ 36.040.012/0001-97, PIUMA/ES, processo nº 71000.112325/2012-47, parecer técnico nº 39491/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

257)FUNDACÃO OLHOS D'ALMA, CNPJ 03.600.407/0001-46, CONSELHEIRD LAFAIETE/MG, processo nº 71000.112406/2012-24, parecer técnico nº 41073/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

258)LAR VICENTINO DE LAGDINHA, CNPJ 45.167.079/0001-88, LAGDINHA/SP, processo nº 71000.112416/2012-50, parecer técnico nº 41606/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

259)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGIAS DE LINDOIA, CNPJ 49.592.942/0001-03, AGIAS DE LINDOIA/SP, processo nº 71000.114621/2012-60, pa- recer técnico nº 39125/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

260)ASSOCIAÇÃO CULTURAL CDUNITÁRIA PR- MORAITD, CNPJ 02.525.829/0001-33, FRANCISCO MDRATD/SP, processo nº 71000.114610/2012-80, parecer técnico nº 38880/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

261)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RESERVA, CNPJ 01.487.427/0001-29, RESERVA/PR, processo nº 71000.123089/2012-71, parecer técnico nº 39518/2015/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS.

262)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA RDSA DO VITERBD, CNPJ 51.823.367/0001-46, SANTA ROSA DE VITERBO/SP, processo nº 71000.116971/2012-61, parecer técnico nº 39556/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

263)ASSOCIAÇÃO BATATAFENNE DOS DEFICIENTES FÍSICDS, CNPJ 36.889.611/0001-97, BATATAFENNE/SP, processo nº 71000.116882/2012-14, parecer técnico nº 38608/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

264)LAR BENEFICENTE DOUTDR PAIM CRUZ, CNPJ 03.925.648/0001-67, TRES CACHDEIRAS/RS, processo nº 71000.116911/2012-48, parecer técnico nº 41395/2015/CG-CEB/DRSP/SNAS/MDS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015040100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil